

DECLARAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES NÃO-GOVERNAMENTAIS PORTUGUESAS

CONFERÊNCIA DE ENCERRAMENTO DO ANO EUROPEU DA

IGUALDADE DE OPORTUNIDADES PARA TOD@S

Em Portugal, o Ano Europeu permitiu a visibilidade da diversidade mas tornou também claro que há ainda muito a fazer na luta contra a discriminação e que a agenda social continua subalternizada ao nível Europeu.

A discriminação com base no sexo, origem étnico-cultural, religião ou crença, deficiência, idade ou orientação sexual resulta de uma organização económico-social e de um cenário de oportunidades que é desenhado por decisões políticas e técnicas. É por isso fundamental que Governo e Parlamento sejam pró-activos redesenhando instituições e regras de forma inclusiva para todas as pessoas.

As ONGs que trabalharam directamente com a Estrutura de Missão para o AEIOT produziram ao longo do ano recomendações de alterações legislativas e recomendações de boas práticas ao nível autárquico que vamos enviar também aos grupos parlamentares da Assembleia da República e ao Parlamento Europeu e que pretendemos ver implementadas. A estratégia de combate à discriminação passa necessariamente pela realização de inquéritos e estudos qualitativos e quantitativos, pela formação anti-discriminação de agentes públicos e pela promoção de campanhas de informação e educação junto dos vários públicos-alvo - e passa, claro, pelo fim de *toda e qualquer* discriminação na lei e na política institucional.

Mas a prioridade dada a uma efectiva prossecução da igualdade de oportunidades tem que ser concretizada, quantificada, orçamentada. Propomos por isso que no final de 2007 haja audiências parlamentares e com as tutelas ministeriais responsáveis pelo AEIOT para a construção de um Plano Anti-Discriminação abrangente que se exige mensurável e comprometido com a mudança.

É também indispensável a existência de um ou vários organismos que, envolvendo as organizações da sociedade civil, se responsabilizem pela promoção da luta contra todas estas formas de discriminação e contra a discriminação múltipla de uma forma articulada com sentido de Estado, para além da criação de um Conselho ou Observatório Nacional contra a Discriminação. Esta preocupação deve também reflectir-se na implementação dos actuais Planos Nacionais de igualdade e combate à exclusão.

Há especificidades em cada uma das categorias enquadradas no AEIOT, mas a experiência do Ano tornou também evidente que eliminar a discriminação significa eliminar *simultaneamente* as suas diferentes faces. É pois indispensável que agentes públicos e privados implementem o *mainstreaming* da não-discriminação e da igualdade de oportunidades nas suas políticas, tendo em atenção *de forma equitativa* a discriminação com base no sexo, origem étnico-cultural, religião ou crença, deficiência, idade ou orientação sexual.

Mas a partilha de experiências quanto a leis anti-discriminação nos vários países europeus permitiu avaliar a necessidade de nova legislação europeia que proíba a discriminação em domínios como o acesso a bens e serviços, educação, saúde ou protecção social.

É fundamental uma nova legislação horizontal, que cubra simultaneamente os vários motivos de discriminação sem os hierarquizar, e que nivele "por cima" a legislação nacional existente nos diversos Estados-Membros: esta é a Decisão Política que se espera.

Por último reivindicamos, pelo compromisso político criado com todos os grupos e pessoas sujeitas à discriminação, que 2008, Ano Europeu do Diálogo Intercultural, não anule o trabalho feito ao longo de 2007, afirmando como valor fundamental da construção europeia a luta contra todos os tipos de discriminação. E esperamos que Portugal, país com a responsabilidade inerente à Presidência da União Europeia, saiba também afirmá-lo de forma convicta e inequívoca como um valor de todas e de todos nós.